

Projeto de Lei N. 2/52 que

Regulamenta as vantagens concedidas pelo artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1.932.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Cordeirópolis, considerando a necessidade de ser regulamentado o artigo 30, do ato das Disposições Transitórias do Estado de São Paulo, afim de ser solucionado o requerimento do Snr. Dino Boldrini, funcionário Municipal, e de outros que porventura requererem, julgando-se com o mesmo direito, oferece à consideração desta egrégia Câmara, o seguinte Projeto de Lei:

A Câmara Municipal de Cordeirópolis, decreta:

Artigo 1º - Por participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932, devem entender-se:

- I- Os voluntários enquadrados em quaisquer unidades ou serviços de guerra criados na vigência do Movimento.
- II- Soldados inferiores e oficiais que compunham unidades do exercito, da Força Pública e da Guarda Civil, que prestaram serviços ao Movimento.
- III- Os civis que prestaram serviços de retaguarda, tais como de instrução, mobilização e abastecimento de tropas em operações; de propaganda ou direção do movimento revolucionário; de policiamento de cidades e outros serviços a cargo de organizações então fundadas.

Paragrafo 1º - Essa participação deverá ser satisfatoriamente comprovada e não será reconhecida quando tenha havido capitulação propositada, deserção, condenação por crime praticado, adesão ao inimigo, ou recusa de prestar serviços durante a incorporação, ou ainda quando durante ou depois dela haja o interessado praticado atos, ou tomado atitudes incompatíveis com a sua adesão ao Movimento.

Paragrafo 2º - Não se considera serviço prestado à Revolução Constitucionalista de 1.932, aquele que decorreu do exercicio ou atividade normal do interessado, durante o mesmo Movimento.

Artigo 2º - Por componentes da Força Expedicionária Brasileira devem entender-se:

- 1º - os que de qualquer forma integraram a Força Expedicionária que operou no exterior;
- 2º - os componentes da Marinha de Guerra em Operações;
- 3º - os da Marinha Mercante, ocupada em transporte de Guerra;
- 4º - os da Força Aérea Brasileira mobilizados em operações de guerra, patrulhamento ou serviço de comboio;
- 5º - os empregados na vigilância ou segurança do litoral brasileiro ou que de qualquer outra forma hajam cumprido efetivamente as mesmas missões
- 6º - os que pertenceram a guarnição de Fernando de Noronha durante o estado de guerra.

Artigo 3º - Para efeito do cumprimento do disposto na linha "a", - do artigo 30 do Ato das Disposições Transitórias, terão preferencia para o ingresso no serviço público municipal os candidatos enquadrados no disposto nos artigos 1 e 2 desta lei.

Paragrafo 1º - Inscrevendo em concurso de provas de habilitação realizado para provimento de cargos ou funções no serviço público municipal, os referidos candidatos farão logo prova de se encontrarem nas condições mencionadas neste artigo.

Paragrafo 2º - Em caso de igualdade na classificação, terão preferencia obrigatoriamente os candidatos que tenham feito a prova a que se refere o paragrafo anterior.

- Paragrafo 3º - Os mutilados da Revolução Constitucionalista de 1.932 e da Força Expedicionária Brasileira terão preferencia para ingresso no serviço publico, em cargos ou funções compatíveis com as suas aptidões físicas, de acordo com o parecer medico fornecido por profissional indicado pelo Prefeito
- Artigo 4º - A efetivação a que se refere a linha "b" do artigo ora regulamentado se dará no cargo ocupado pelo funcionário na data da promulgação da Lei Organica dos Municipios, ainda que tenha sido nele provido diversamente.
- Paragrafo único - se o cargo ocupado pelo funcionário, na data referida no "caput" deste artigo, tiver titular efetivo, não caberá a applicação do disposto nesse artigo.
- Artigo 5º - Dispensado o decurso de tempo a que se referem o artigo 185 da lei 13.030 de 28/10/42 e artigo 2º das Disposições Transitorias da Lei Organica dos Municipios, o funcionário beneficiado por esta lei é considerado estavel no serviço publico para todos os efeitos nos termos da alínea "c" do artigo regulamentado excepto os que já se beneficiaram pelo disposto no § único do artigo 18 das Disposições Transitorias da Constituição Federal.
- Artigo 6º - Os funcionários beneficiados por esta lei que já eram efetivos na data da publicação da Lei Organica dos Municipios, - 18 de Setembro de 1.947 - ficam com seus vencimentos elevados, consoante o disposto na alínea "d" do artigo 30 do ato das Disposições Constitucionallistas Transitorias.
- Paragrafo 1º - Em se tratando de padrão ou referencia final, a elevação será correspondente a diferença entre este e o imediatamente inferior.
- Artigo 7º - Os dispositivos desta lei applicam-se aos que ingressaram no funcionalismo municipal até a data da publicação da Lei Organica dos Municipios (18/9/47), e as vantagens a que se referem os artigos 3, 4, 5, 6 e seus paragrafos, desta lei, correspondentes ás alíneas "a", "b", "c", e "d", do artigo constitucional regulamentado, provando casos diferentes, não são cumulativas, prejudicando-se mutuamente.
- Artigo 8º - Para execução do disposto nesta lei, fica criada a Comissão Municipal do artigo 30, constituida de tre (3) membros, nomeados pelo Prefeito, entre pessoas independentes e de ilibada reputação. Os membros da Comissão não serão remunerados, mas seus serviços serão considerados relevantes.
- Paragrafo 1º - A Comissão terá por função examinar e julgar os pedidos que lhe forem remetidos, emitindo parecer e propondo ao Prefeito o reconhecimento dos favores que legalmente cabam aos interessados.
- Paragrafo 2º - Os trabalhos serão dirigidos por um Presidente, escolhido pelos membros da Comissão que despachará directamente com o Prefeito, os processos da Comissão.
- Paragrafo 3º - Admitirá todas as provas permitidas em direito (§ 1º - e apreciará a autenticidade e valor probante das mesmas para os fins previstos nesta lei.
- Paragrafo 4º - Estudará e sugerirá aos poderes competentes, sempre que preciso, as medidas necessarias á perfeita e cabal applicação de todos os itens do artigo regulamentado e a execução do disposto nesta lei.

gonye -

- Paragrafo 5º - A Comissão se reunirá com a frequência que se fizer necessarias para rápido andamento dos pedidos, de acôrdo com a convocação do Presidente em exercicio.
- Paragrafo 6º - O andamento dos processos obedecerá rigorosamente à ordem cronológica de entrada, sob pena de responsabilidade de quem não respeitar:-
- Paragrafo 7º - Decididos os processos o Presidente os encaminhará a Prefeitura, para serem procedidos as anotações e averbações cabiveis, ficando o Prefeito autorizado a fazer apostila nos títulos dos beneficiarios.
- Paragrafo 8º - Os trabalhos da Comissão terão carater reservado, serão secretariados por funcionario municipal designado pelo Prefeito, sendo de sua atribuição os serviços de expediente e redação das atas das sessões.
- Paragrafo 9º - Autuados os pedidos com os documentos que os instruírem e numerados, para os efeitos do paragrafo 6º deste artigo, serão pelo Presidente distribuidos, por sorteio, a um dos trez membros, como relator, que dará parecer ao processo.
- Paragrafo 10º - Os requerimentos relativos aos beneficios de que trata esta lei serão apresentados diretamente ao protocolo da Prefeitura, independentemente do encaminhamento pelos Chefes a que sejam subordinados os requerentes.
- Paragrafo 11º - As decisões que julgarem os processos serão publicadas com a possível brevidade, na ordem do § 6º supra.
- Paragrafo 12º - Das decisões da Comissão, denegatorias dos beneficios regulados por esta lei, caberá recurso para a Camara Municipal, nas seguintes condições:
- a) vista, independente de requerimento, ao interessado ou procurador, em presença do secretário da Comissão ou de um de seus membros;
 - b) interposição de recurso no prazo de quinze (15) dias a contar da publicação referida no § anterior, permitida a apresentação de prova documental;
 - c) o presidente da Câmara, relator nato desses recursos, abrirá vista por cinco (5) dias a contar do dia a Camara, digo a Comissão, para informar o decorrido o prazo, si julgar o recurso devidamente instruido, o apresentará para decisão do plenário na primeira sessão ordinaria; não julgando completa a instrução, ordenará as diligencias que lhe parecerem necessarias, marcando prazo razoavel e curto, findo o qual, o mandará a plenário;
 - d) julgando o recurso, reformada a decisão da Comissão, caberá ao Presidente da Camara as providencias referidas no § 7º supra.
- Artigo 9º - Fica marcado até 31 de Dezembro de 1.952, o prazo para os interessados apresentarem os seus pedidos.
- Artigo 10º - Conhecido o montante da despesa, após o processamento dos pedidos dos beneficios, será aberto o necessario credito, afim de se realizarem os pagamentos do periodo da vigencia desta lei, a 31 de Dezembro de 1.953.
- Artigo 11º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Cordeirópolis, 20 de Outubro de 1.952

Yago Fernandes
Antonio Plínio
Jacaromza

Aprovado em 1ª Discussão
23-10-1952
Angelo Soares Maranhão
Aprovado em 2ª Discussão
23-10-1952
Angelo Soares Maranhão

Exmos. Snrs. PRESIDENTE E MAIS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS.

DINO BOLDRINI, funcionário da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, residente à Rua 7 de Setembro, 114, nesta cidade, vem, mui respeitosamente, solicitar a Vossas Excelências os favores do Artigo 30, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1.947, que assim reza:

Letra D - elevação dos vencimentos dos que sejam funcionários efetivos, ao padrão ou referência imediatamente superiores.

Como comprovante dos serviços prestados à Revolução Constitucionalista de 1.932, junta o atestado anexo e protesta para entrega de outros documentos que forem necessários, ou fazer justificativa em juízo, consoante determinar essa egrégia edilidade.

Nestes termos,

P. deferimento.

Cordeirópolis, 20 de agosto de 1.952.

Dino Boldrini

Dino Boldrini
Fiscal Geral.



Reconheço... a... firma... e... data...

Cordeirópolis, 20 de agosto de 1952

Em testemunho... da verdade.

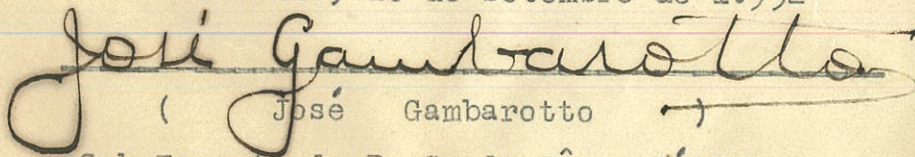
Leonor Rodrigues Maracani
Tabelião

D E C L A R A Ç Ã O

JOSÉ GAMBAROTTO, Sub-Tenente do Batalhão de Guardas da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, portador do Certificado numero 15.323, de 12 de agosto de 1.951, fornecido pela Comissão do Artigo 30, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, mediante provas em Juízo, declara, a pedido do interessado, para fins de direito e a bem da justiça, que o senhor DINO BOLDRINI, funcionario da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis (ex-Cordeiro), neste Estado, residente à rua 7 de Setembro numero 114, naquela cidade, por ocasião do Movimento Constitucionalista de 1.932, trabalhou em minha companhia e prestou grandes serviços àquela Causa, no tocante á segurança da cidade, guarda da Cadeia Local, policiamento nas vias de comunicações da cidade, no serviço de abastecimento de viveres e animais para suplemento das tropas combatentes que se achavam nas linhas de frente dos varios Setores.

Convem salientar ainda que nunca soube e nem chegou ao meu conhecimento que o citado senhor DINO BOLDRINI, tenha tido pensamento ou praticado ações contrarias à Causa que enalteceu o povo Paulista, escrevendo com letras de sangue mais um Capitulo de sua gloriosa e notável historia.

São Paulo, 10 de setembro de 1.952



(José Gambarotto)

Sub-Tenente do B. G. da Fôrça Pública.

Isento de selo de acôrdo com a Lei 211, de 7 de dezembro de 1.948

DECLARAÇÃO

GELSON ROMANO CARANDINA, abaixo assinado, residente á Rua 7 de Setembro Nº 578, declara a pedido de pessoa interessada, que o SNR. DINO BOLDRINI, funcionario da Prefeitura Municipal de Cordeiro-
polis, desde 1932, quando do movimento Constitucionalista, era Dis-
trito de Limeira e Prefeito daquela Cidade o Snr. Lauro Correia da
Silva; prestou relevantes serviços aquela causa, representou o Snr
Prefeito para os fins, como seja, distribuição de generos alimentii-
cios a população local, o policiamento geral das vias de comunica-
ções da Cidade, enviando generos para M. MDC. da Capital, despachando
animais para a estação de Presidente Altino.

Convem salientar ainda que nunca soube e nem chegou ao meu
conhecimento que o mesmo Snr. DINO BOLDRINI, tenha praticado ações
contrarias á causa que enalteceu o povo Paulista.

Gelson Romano Carandina
Gelson Romano Carandina.

Reconheço a firma supra e deu fe

Cordeirópolis, 13 de fevereiro de 1953

Em testemunho SS. da verdade,

Leonor Rodrigues Marciano
Tabelião



Exmos. Snrs. PRESIDENTE E MAIS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS.

FRANCISCO SPOLADORE, funcionário da Prefeitura Municipal de
Cordeirópolis, residente à Rua Saldanha
Marinho, nesta cidade, vem respeitosamen-
te, solicitar de Vossas Excelências os
favores do Artigo 30, do Ato das Dispo-
sições Transitórias da Constituição do
Estado de São Paulo, de 9 de julho de
1.947, que assim reza:

Letra D : - elevação dos vencimentos dos que sejam funcioná-
rios efetivos, ao padrão ou referencia imediata-
mente superiores.

O requerente protesta para entregar do-
cumentos comprovantes, ou fazer justificativa em
juízo, consoante determinar essa egrégia edilida-
de.

Nestes termos,

P.deferimento.

Cordeirópolis, 19 de dezembro de 1.952.

Francisco Spoladore

Comissão Especial nomeada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis, 19-12-1952

DECLARAÇÃO

Carlos Hespanhol, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade de Cordeirópolis, á rua 7 de Setembro, declara pelo presente, que conhece o sr. FRANCISCO SPOLADORE ha cerca de 33 anos, funcionario da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, e que durante a Revolução Constitucionalista, em 1932, quando então era Prefeito de Limeira, o dr. Lauro Correia da Silva, comarca a que então pertencia o nosso municipio, prestou relevantes serviços á causa constitucionalista, servindo de guarda da cidade durante á noite. Alem desse serviço o citado senhor cuidava do serviço de assistencia aos animais requisitados, ministrando-lhes alimentação e limpeza, e demais tratos necessarios.

Pode ainda atestar, que o referido senhor sempre foi grande entusiasta da causa e sempre procurou ajudar o movimento constitucionalista, não tendo praticado qualquer ato ou ação contra o citado movimento.

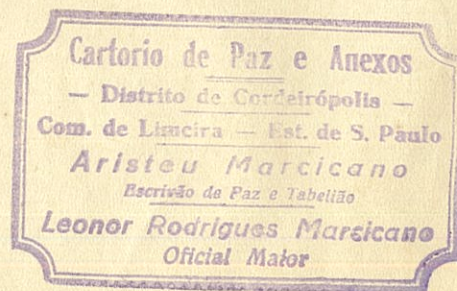
Cordeirópolis, 13 de fevereiro de 1953.

Carlos Hespanhol
Carlos Hespanhol.

Reconheço a firma Supra e
don fe.
Cordeirópolis, 13 de fevereiro de 1953

Em testemunho PR. da verdade.

Leonor Rodrigues Marsicano
Tabelião



DECLARAÇÃO

Amadeu Stocco, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade de Cordeirópolis, á rua 7 de Setembro, 511, declara á pedido de interessado, que conhece o sr. FRANCISCO SPOLADORE ha mais de 30 anos, funcionario da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, e que na época da Revolução Constitucionalista, em 1932, quando este municipio éra distrito de Limeira e Prefeito da cidade referida o sr. Lauro Correia da Silva, prestou relevantes serviços áquella causa, servindo de guarda da cidade durante á noite e prestando serviços com relação aos animais requisitados, inclusive trato dos mesmos. Declara mais que o referido senhor sempre foi entusiasta da causa e não media esforços em ajudar a movimento constitucionalista, não tendo praticado qualquer ato ou ação contra o citado movimento.

Cordeirópolis, 13 de fevereiro de 1953.

Amadeu Stocco

Amadeu Stocco

Reconheço a firma supra e

deu fei -

Cordeirópolis, 13 de fevereiro de 1953

Em testemunho *SR.* da verdade.

Leonor Rodrigues Marciano
Tabelião *id.*





C E R T I D ã O

= = = = =

JOÃO BUENO FILHO, Chefe da Secção Secretaria da Prefeitura Municipal de Limeira, etc.

CERTIFICA, em virtude de despacho exarado no processo protocolado sob nº 1074, que, revendo os livros de registros da Prefeitura deles verificou constar que o Snr. FRANCISCO SPOLADORE exerceu as funções de jardineiro mensalista de Cordeirópolis, no periodo compreendido entre 1º de Outubro de 1.946 até 16 de Setembro de 1.948, época em que, por força de Portaria, passou a integrar o quadro do funcionalismo municipal em virtude de sua nomeação para o exercicio das mesmas funções. O referido é verdade e dá fé. Secção Secretaria da Prefeitura Municipal de Limeira, aos deis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e cincoenta e treis. Eu, *João Bueno Filho*, Chefe da Secção Secretaria da Prefeitura Municipal de Limeira, a dalilografei e assino. x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:

João Bueno Filho

JOÃO BUENO FILHO
Chefe da Secção Secretaria





EST. S. PAULO - BRASIL

C E R T I D ã O

=====

JOÃO BUENO FILHO, Chefe da Secção Secretaria da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo, etc.

CERTIFICA, a pedido do interessado, que, revendo o livro de registro de funcionários desta municipalidade, nele consta o registro do sr. DINO BOLDRINI, constante das seguintes anotações : foi nomeado em 28 de outubro de 1930 para o cargo de fiscal de Cordeirópolis, tendo sido transferido para aquela localidade, definitivamente, em 1º de fevereiro de 1949. - O referido é verdade e dá fé. Secção Secretaria da Prefeitura Municipal de Limeira, aos dois dias do mes de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e treis. - Eu, *João Bueno Filho*, Chefe da Secção Secretaria a datilografei, subscrevo e assino.

João Bueno Filho

JOÃO BUENO FILHO
Chefe da Secção Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL

CORDEIRÓPOLIS

Est. de S. Paulo

C. P.

COMISSÃO MUNICIPAL DO ARTIGO 30

P A R E C E R

Nós, os Membros da Comissão Municipal do Artigo 30, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado de São Paulo, regulamentado pela Lei Municipal Nº 67, de 24 de Outubro de 1952, nomeados pela Portaria Nº 64, de 22 de Janeiro do corrente ano, do Exmo Snr. Prefeito Municipal de Cordeirópolis, examinando os processos em que são interessados os senhores Dino Boldrini e Francisco Spoladore, funcionários municipais, tivemos oportunidade de, no desempenho das funções que nos foram delegadas, constatar a validade e autenticidade dos documentos apresentados, comprovantes da atividade dos requerentes durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1.932, os quais estavam em perfeita consonância com a legislação em vigor, sobre a matéria.

Foram examinados os seguintes documentos:

- I - Requerimento do Snr. Dino Boldrini, de 20/8/52, pleiteando os favores do Art. 30, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de JULHO de 1.947.
- II - Declaração do Snr. José Gambaroto, Sub-Tenente do B.G. da Força Pública do Estado, de 10/9/52, afirmando as atividades do Snr. Dino Boldrini, a favor da causa da Revolução Constitucionalista de 1.932.
- III - Declaração do Snr. Gelson Romano Carandina, de 13/2/53, no mesmo sentido.
- IV - Requerimento do Snr. Francisco Spoladore, de 19/12/52, pleiteando os favores do Art. 30, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de JULHO de 1.947.
- V - Declaração do Snr. Carlos Hespanhol, comerciante, de 13/2/53, afirmando as atividades do Snr. Francisco Spoladore, a favor da Revolução Constitucionalista de São Paulo, de 1.932.
- VI - Declaração do Snr. Amadeu Stocco, comerciante, de 10/2/53, no mesmo sentido.
- VII - Certidão da Prefeitura Municipal de Limeira, de 10/2/53, certificando que o Snr. Francisco Spoladore já era funcionário municipal no período de 1/10/1946 a 16/9/1948.
- VIII - Certidão da Prefeitura Municipal de Limeira, de 2/2/53, certificando que o Snr. Dino Boldrini já era funcionário municipal no período de 28/10/30 a 1º/2/1949.
- IX - Lei Municipal Nº 67, de 24 de Outubro de 1.952

Assim, depois de examinadas tôdas estas peças constantes dos processos, e achadas válidas e autênticas, resolvemos sugerir ao Exmo Snr. Prefeito Municipal de Cordeirópolis, tendo em vista o que dispõe



PREFEITURA MUNICIPAL

CORDEIRÓPOLIS

Est. de S. Paulo

C. P.

Fls. 2 - Continuação do Parecer da Comissão
Municipal do Art. 30

Art. 30, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado, regulamentado pela Lei Municipal N.67, de 24/10/52, que seja concedido aos requerentes senhores Dino Boldrini e Francisco Spoladore, funcionários da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, um aumento mensal de vencimentos correspondente a duzentos cruzeiros (Cr.\$200.00-).

Este arbitramento deve prevalecer até que o Municipio de -- Cordeirópolis seja dotado de uma tabela de vencimentos para seus funcionários, votada pela Câmara de Vereadores, estabelecendo padrão de vencimentos ou referência, para cargos ou funções, quando então, os funcionários, aqui contemplados, passarão a ser beneficiados de acordo com o artigo 6º e seu §, da Lei N.67, que assim dispõem:

Art. 6º - "Os funcionários beneficiados por esta lei, que já eram efetivos na data da publicação da Lei Orgânica dos Municipios - 18 de setembro de 1.947 -, ficam com seus vencimentos elevados consoante o



PREFEITURA MUNICIPAL

CORDEIRÓPOLIS

Est. de S. Paulo

C. P.

Fls. 2 - Continuação do Parecer da Comissão
Municipal do Art. 30

Art. 30, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado, regulamentado pela Lei Municipal N.67, de 24/10/52, que seja concedido aos requerentes senhores Dino Boldrini e Francisco Spoladore, funcionários da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, um aumento mensal de vencimentos correspondente a duzentos cruzeiros (Cr.\$200.00-).

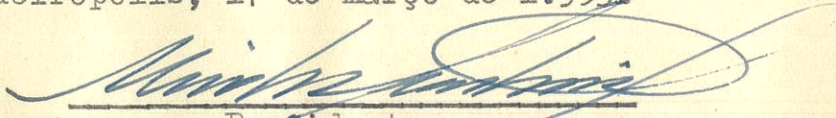
Este arbitramento deve prevalecer até que o Município de -- Cordeirópolis seja dotado de uma tabela de vencimentos para seus funcionários, votada pela Câmara de Vereadores, estabelecendo padrão de vencimentos ou referência, para cargos ou funções, quando então, os funcionários, aqui contemplados, passarão a ser beneficiados de acordo com o artigo 6º e seu §, da Lei N.67, que assim dispõem:

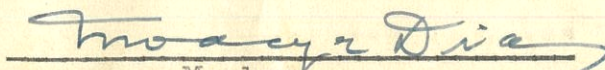
Art. 6º - "Os funcionários beneficiados por esta lei, que já eram efetivos na data da publicação da Lei Orgânica dos Municípios - 18 de setembro de 1.947 -, ficam com seus vencimentos elevados consoante o disposto na alínea "d", do artigo 30, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

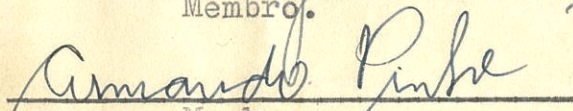
§ Único - "Em se tratando de padrão ou referência final, a elevação será correspondente à diferença entre este e o imediatamente inferior."

S.M.J.

Cordeirópolis, 17 de março de 1.953.


Presidente.


Membro.


Membro.